

## II CONGRESSO DE EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

PALESTRA: INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

PALESTRANTE DRA. GLADYS DE SOUZA FLORIANI

Em 1992, o Comitê para a integração da América Latina, realizou o I CEPIAL, na cidade de Marechal Cândido Rondon. Há quase dois anos daquele evento, a história vem soprando muito forte em nosso continente, sem que as pesadas nuvens que pairam sobre nossos destinos fossem dissipadas pelos acontecimentos.

Contudo, o que nos inspira em nossa fala e em nossa ação não é a queixa do pessimista que prefere colocar sempre a culpa nos outros ou no destino, para sempre ter assunto para queixar-se. Entendemos que as circunstâncias históricas podem ser explicadas e se as coisas acontecem como vem acontecendo é porque têm profundas raízes encravadas no próprio modo de como nossas sociedades foram se constituindo. Não somos nem estamos alheios a esta história, queiramos ou não. Entendemos também que a história das sociedades humanas é feita de invenções e desafios, de sonhos e de buscas obstinadas.

Queremos, inicialmente, fazer algumas considerações sobre as origens do processo histórico de nossas sociedades, passando pela atual situação internacional para, assim, encaminhar algumas reflexões e sugestões sobre como responder aos desafios colocados pela atual conjuntura e porque pensamos na INTEGRAÇÃO como um mecanismo político importante para enfrentar os problemas do subdesenvolvimento de nossas sociedades e a conseqüente ausência de cidadania para milhões de latino-americanos

As colônias foram transformadas em regiões estratégicas para produzir matérias-primas e importar excedentes das metrópoles. Além disso, imperava o chamado "Pacto colonial" que proibia as colônias de negociarem livremente com outras nações que não fossem seus colonizadores. A distribuição de tarefas definidas entre as nações passou a ser conhecida por "Divisão Internacional do Trabalho", impondo a cada país ou região certa especialização produtiva. Nas palavras de Eduardo Galeano, "a divisão internacional do trabalho consiste em que alguns países se especializaram em ganhar e outros em perder"!

A industrialização dos países dependentes (isto é, aqueles que passaram por um processo de conquista e colonização) foi tardia. Na maioria deles, ocorreu após 1930 e em outros, após a segunda Guerra Mundial. Como nesses países não se desenvolveu uma burguesia empreendedora, do tipo centro-europeu, foi o Estado que acabou assumindo o papel de empreendedor industrial, principalmente na fase inicial, conhecida como período de Substituição de Importações. Nesta fase instalaram-se as indústrias que produziram os equipamentos básicos e importados até então.

Diversas teorias nasceram para explicar o processo de desenvolvimento e de dependência. Em geral, autores dos países industrializados tentavam explicar os tipos de desenvolvimento, baseando-se em suas próprias experiências, propondo aos países retardatários uma receita de paciência misturada com a inevitável necessidade de repetir as fases de desenvolvimento dos grandes. Com isso, os atrasados sempre acabariam ficando atrás dos desenvolvidos, por mais que avançassem em relação a seu atraso!

Autores do Primeiro Mundo ainda insistem em considerar que seus países estão destinados a criar tecnologia, enquanto o chamado terceiro Mundo ficaria com a ~~transmissão de observá-la das matrizes.~~

Mas a maioria dos teóricos que procuram explicar a dependência dos países com passado colonial, partem de uma abordagem histórica, resgatando os principais determinantes político-econômico do sistema de dominação em escala mundial. O sistema econômico e geopolítico atual, mesmo que determinado por uma maior complexidade em relação ao sistema colonial, não aboliu ainda a imensa disparidade entre nações há muito industrializadas e as restantes. Fala-se em globalização de mercados, mas esquece-se de que essa globalização é realizada sobre um desequilíbrio estruturas, entre países ricos e países pobres.

Na raiz desse desequilíbrio, está também a dívida externa. Esta é a nova expressão da dependência, juntamente com o monopólio da técnica em mãos das empresas transnacionais.

É bem verdade que devemos superar as simplificações para explicar a história das sociedades periféricas, como a da América latina, por exemplo.

Após 500 anos da conquista e da colonização, a América Latina busca ainda as raízes de sua identidade cultural, política e econômica, sabendo que essa busca é realizada tendo como referência a heterogeneidade das próprias raízes, acrescidas posteriormente pela pesada herança colonial. Porém, é essa pluralidade cultural que dá um toque afro-ameríndio particular à América Latina.

Contudo, mesmo que se considere modernamente a existência de uma sociedade planetária, não há como negar que sua origem teve um centro hegemônico, localizado na Europa, cujo motor foi o expansionismo e a adoção, no mundo inteiro, de estruturas econômicas, tecnológicas, e de instituições políticas e militares originárias daquele continente. Essa herança não deixou de produzir um desequilíbrio permanente entre as diversas regiões do planeta e o reflexo disso, hoje, no plano ecológico, é que as macropoluções são planetárias por excelência. Tanto mais se toma consciência dos imperativos ecológicos, mais se torna evidente que a humanidade, no conjunto, deve adotar um modo de vida que lhe permita viver em harmonia com a natureza, em lugar de explorá-la.

Só para se ter uma idéia desse desequilíbrio, o hemisfério norte desenvolvido possui menos de 30% da população mundial, porém produz e consome mais de 70% da energia do planeta, apropriando-se dos recursos naturais em escala planetária e de maneira perigosamente destrutiva. Apenas esse dado é revelador do desequilíbrio entre os países ricos do Norte e dos restantes do hemisfério Sul. No entanto, a miséria imperante neste último hemisfério constitui também uma forma de ameaça ao equilíbrio do ecossistema e da própria espécie humana.

Celso Furtado alerta-nos para o seguinte: com o avanço da internacionalização da economia e a manutenção do poderio nos centros tecnológicos e financeiros avançados, a tendência é o enfraquecimento dos sistemas econômicos nacionais. Os países que buscaram desenvolver-se com a intervenção do Estado, perdem espaço, uma vez que estes já não conseguem mais sustentar o desenvolvimento; o mais grave disso, é a ausência de alternativas de desenvolvimento nesses países que, junto com a situação de penúria e fome imperante, aprofundam ainda mais a desigualdade social existente.

A questão de uma melhor distribuição dos recursos materiais entre as nações, nos quais inclui-se certamente a tecnologia, é um problema de natureza política e ética. Mas é também uma questão de equilibrar melhor o consumo exagerado dos recursos naturais, principalmente o consumo de energia.

Outro fator a ser revertido é o estilo de vida das sociedades de consumo e das elites dos países periféricos, não apenas por razões morais mas principalmente pela agressão que acarreta, tal estilo, ao meio ambiente e à justiça social. A combinação de tecnologias alternativas com o uso racional dos recursos disponíveis (por exemplo, o fim do desperdício de alimentos no Brasil) poderá minorar os males e as misérias que afetam as sociedades humanas neste final de século. Mas este problema é, uma vez mais, eminentemente político.

Se o mundo moderno foi capaz de produzir imensas fendas entre os povos, sacrificando e até dizimando etnias, em nome de uma nova racionalidade, do progresso, da ciência, da riqueza material, da maior invenção enlouquecedora dos homens, o dinheiro, foi também capaz de criar formas de pensar e de agir diferentes dessa forma dominante. O reconhecimento da necessidade de garantir e respeitar os DIREITOS HUMANOS, constitui um dos capítulos mais belos da história moderna dos povos.

Estamos, com certeza, no limiar de um novo processo civilizatório. Se algumas sociedades insistem na tribalização, isto é, no retorno da antiga comunidade, não é tanto para retornar ao passado, mas para afirmar seu direito à existência, o direito de ser diferente. Por outro lado, o mundo torna-se cada vez menor hoje, na razão inversa do acréscimo da informação e da comunicação disponíveis, assim como pela maior interdependência entre as nações. Isso nos coloca em sintonia com a necessária aproximação dos povos, na perspectiva de uma maior INTEGRAÇÃO entre eles, partindo da base de que, para tanto, é necessário respeitar as diferenças culturais e a garantia do direito à sobrevivência econômica.

Os velhos imperialismos terão que ser derrubados. A soberania transcenderá os limites das fronteiras artificiais entre os países, as razões de Estado deverão ceder às razões do Homem e da sobrevivência das espécies do Planeta Terra. Os DIREITOS HUMANOS deverão transformar-se na nova CONSTITUIÇÃO DOS POVOS.

Acreditamos que é possível a humanidade buscar um novo conceito de Revolução que viabilize um outro projeto societário, no qual terá lugar a complexidade e o conflito, mas também no qual não fará mais sentido o homem preparar-se para a guerra para construir a paz.

#### O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

A integração enquanto categoria de análise teórica é ainda incipiente, uma vez que as experiências históricas ligadas a este fenômeno apenas começam a merecer uma nova ênfase. É bem possível que, para muita gente, a noção de integração tenha um sentido limitado, isto é, uma referência a experiências comerciais, bi ou multilaterais; e, neste caso, o aprofundamento do processo de integração econômica, passaria por diversas etapas, desde a liberação das tarifas alfandegárias, até associações entre empresas e acordos de natureza econômica diversa.

Na sequência, uma visão um pouco mais complexa e avançada de integração refere-se às recentes experiências de criação de blocos econômicos regionais, como o NAFTA, o MERCOSUL, o Mercado Comum Europeu, o Bloco Asiático da Bacia do Pacífico e outros. Estes blocos econômicos derivam de um novo contexto de competitividade econômica internacional, mas se restringem unicamente a iniciativas de caráter econômico, salvo a já antiga proposta da integração europeia, que desde os anos 50 busca criar mecanismos complexos de unificação entre diversos países daquele continente, hoje em torno de 15.

Neste caso da Europa, poderosos mecanismos de ajuste econômico, jurídico-político e monetário associam-se a medidas relativas ao mercado de trabalho, à legislação previdenciária, enfim, a toda uma legislação voltada ao campo social. Para o caso europeu aplica-se, portanto, um conteúdo bem mais amplo à noção de integração. Deve-se recordar que a sociedade civil organizada, através das mais diversas entidades empresariais, de trabalhadores, camponeses, partidos políticos e outras, vem debatendo não sem conflitos o projeto de unificação europeia; há um Parlamento Europeu eficiente e presente em todas as grandes decisões relativas ao assunto integração.

No caso da América Latina, as experiências integracionistas foram quase sempre incipientes e temporárias (ALALC, ALADI, etc.), se analisadas na perspectiva da criação de fortes mecanismos econômicos capazes de competir com as economias centrais. À parte de uma heterogeneidade das economias locais, os últimos 40 anos foram demasiadamente conturbados quando analisados pela ótica política; se os mecanismos institucionais internos à maioria dos países latino-americanos padeciam de carência democrática, no plano das relações internacionais, eram objeto de disputas geo-políticas no contexto da Guerra-Fria.

A rigor, faltavam iniciativas consistentes por parte dos governos e dos demais agentes das sociedades latino-americanas que não conseguiam assumir como suas, as tarefas de impulsionar uma agenda integracionista, principalmente pela ausência de espaços democráticos.

O que se nota hoje, em relação a uma agenda para a integração latino-americana, é que as iniciativas são mais abrangentes no que se refere a alguns agentes, como no caso dos governos do Cone Sul e principalmente de certos setores empresariais que conseguem explicitar e encaminhar seus interesses econômicos, principalmente nos marcos do Mercosul.

Entretanto, esta iniciativa mantém inalterados tanto o modelo de desenvolvimento econômico quanto o modelo de desenvolvimento social, não tanto por omissão formal dos tratados, mas pela situação política na qual se desenvolvem as negociações e pela maneira de como os atores sociais e políticos se posicionam ou deixam de se posicionar neste processo.

Os países envolvidos com o Mercosul tentam desembaraçar-se de um pesado fardo autoritário dos governos militares, isto lhes faz consumir muitas energias para delinear o campo da transição política, incluindo-se neste as tentativas de estabilização econômica e uma série de ajuste neoliberais. Neste contexto, a sociedade civil pouco organizada, no geral, não consegue formular consistentemente um programa mais completo, no qual se contemplem uma série de questões de seu interesse, voltadas à economia, à criação de mecanismos políticos representativos, à educação e à cultura dos povos latino-americanos envolvidos nesta iniciativa.

Dai o entendimento que temos da Integração derivar de uma análise que contemple todos esses elementos que acabamos de mencionar, e da criação de mecanismos de intervenção política, educacional e cultural capaz de mobilizar os mais amplos setores da sociedade. Essa mobilização deve atender os objetivos do conhecimento da realidade social, para possibilitar uma efetiva transformação da mesma.

Diante do elevado déficit de cidadania na América Latina, nossas ações devem voltar-se também para os problemas emergenciais que afligem imensas parcelas da população, excluindo-as do modo de vida compatível com o padrão básico das necessidades definidas pela civilização moderna.

Dai porque lutar pela integração da América Latina é lutar pela democratização da educação, pela universalização do acesso às políticas sociais, enfim, por um projeto que inclua todos os atores sociais interessados no desenvolvimento social. A Integração não é um objetivo em si, independente das condições reais que moldam a atual situação histórica da América Latina. É um processo em permanente construção. Hoje, este processo passa pela luta da cidadania e da garantia dos Direitos Humanos.

Por isso mesmo, num debate aberto com a sociedade paranaense, o Comitê Para a Integração Latino-americana ,é testemunha desta visão e incentivador deste debate. A Integração não pode partir do pressuposto simplificador de agregar um país ao outro mas na criação de mecanismos institucionais, políticos, econômicos e culturais, capazes de garantir a diversidade na unidade.